



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 21ª
(VIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Declaro aberta a sessão do dia 23 de março de 2011.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 67, de 12/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 21ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 16ª Sessão Ordinária;
- Ata da 19ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Informo a todos os Parlamentares, inclusive aos que não se encontram em plenário e estão na Casa, que amanhã às 14h será realizada uma reunião do Colégio de Líderes na sala da Presidência. Portanto, todos os blocos e os líderes estão convocados a participarem da reunião.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, que fará uso da palavra no lugar do Deputado Rôney Nemer, como Vice-Líder.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PSL/PTC/PMDB/PSC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente eu gostaria de fazer um registro: ontem estive no lançamento do livro com a biografia do Senador José Sarney, na companhia do Deputado Olair Francisco e da Deputada Eliana Pedrosa. Eu não conhecia ainda a biografia, que tem trechos importantes que revelam os bastidores do que foi a guerra do Senado entre o Presidente José Sarney e o Senador Tião Viana, em que foram montadas estratégias para que se tirasse o Presidente Sarney da Presidência, envolvendo pessoas, e eu fui um dos envolvidos. Então foi montada uma grande farsa sob o aspecto de atos secretos, atos que o próprio presidente teria ido ao plenário dizer que eram atos inerentes à nomeação de servidores na intranet da Casa, que eram de interesse deles e todos os atos tinham surtido efeito; não havia nenhum ato ilegal.

Apesar de não serem completas todas as informações, para mim, servidor daquela Casa por 34 anos e diretor por 13 anos, algumas informações — que sei que não repercutiram na mídia porque já faz tempo e não há interesse — pelo menos definem que houve uma grande armação política com objetivos outros de que eu fui apenas um dos elementos, um dos servidores que estavam no processo e, portanto, fui alvejado, conforme o próprio Presidente Sarney diz nesse livro, nessa biografia que ele lançou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Mas outro assunto que eu gostaria de abordar na Casa é inerente a alguns... Eu sou servidor do Legislativo, sou servidor do Senado, participei da elaboração e conseguimos fazer o melhor plano de carreira do serviço público no Senado. Conseguimos fazer o melhor plano de saúde do serviço público no Senado, e tenho sido procurado por servidores de carreira aqui da Casa, no sentido — foi uma tese que sempre defendi — de que nós poderíamos fazer a definição de um plano de carreira aqui na Câmara Legislativa que, observadas as peculiaridades do órgão, obedecesse mais ou menos ao mesmo que é estabelecido no plano de carreira da Câmara dos Deputados e no do Senado Federal.

Eu reafirmo que é um erro haver a carreira de auxiliar e a de assistente aqui, na comissão, porque nós sabemos que a maioria das pessoas que passam no concurso para esses cargos, na realidade, tem nível superior. É sempre muito difícil gerenciar isso. Coloca-se, por exemplo, um servidor de carreira aprovado em um concurso de copeiro, com nível superior, às vezes até professor universitário, para servir café. Então, essa carreira de auxiliar não funciona por meio de concurso. Eu acho que atividades de copa ou de vigilância são inerentes a serviço terceirizado. Sabemos que a maioria das pessoas que passam no concurso desses cargos fica muito pouco tempo na atribuição, pois, quando começa a prestar serviço para um Senador ou para um Deputado, logo é percebida a sua qualificação profissional, e o normal é que haja um desvio de função dessa pessoa.

No Senado, aconteceu um caso típico. Foi feito um concurso para motorista. Num determinado dia, um senador começou a conversar com o seu motorista e descobriu que ele era professor da UnB. Portanto, isso não tem funcionado. Acho que a carreira se resume à carreira de técnico e à de analista e às especialidades, sejam de apoio administrativo, sejam de apoio legislativo, sejam inerentes ao processo legislativo.

Eu acredito que, em vez de inflar a Casa com servidores — sabemos que existe um coeficiente da Lei de Responsabilidade Fiscal que não se pode ultrapassar —, a Mesa desta Câmara poderia adotar a estratégia de, à medida que os servidores forem se aposentando, fazer um ajuste, um plano de carreira, a exemplo do que acontece com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal. Assim se copiaria para a carreira de técnico e a de analista dos servidores de carreira desta Casa exatamente o que ocorre no Senado e na Câmara dos Deputados.

Também poderíamos fazer esse estudo sobre a proporcionalidade que existe em termos de cargo comissionado. Se há 513 Deputados para x cargos comissionados na Câmara dos Deputados, e aqui há 24 Deputados, poderíamos fazer uma regra de três para encontrarmos essa proporção, de maneira que a Mesa estabeleceria um critério, que seria permanente, e ninguém iria mais tratar sobre isso. A maioria dos planos de carreira do serviço público, na realidade, resume-se a reajustes salariais; as reivindicações são baseadas em reajustes salariais. Sabemos que há 5, 6, 7 anos aqui, na Câmara Legislativa, não é concedido nenhum reajuste.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Então, é necessário se pensar em um plano de carreira, mas com estímulo e com motivação para que o servidor faça carreira na Casa e não se prenda, simplesmente, a fazer reposições salariais.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito bem, Deputado Agaciel Maia. A sua observação é de excelente qualidade. Quem tem experiência e já passou por isso sabe o que pode ser feito. Acho que o critério tem que ser adotado, pois, a partir disso, fica muito mais fácil se discutir qualquer assunto.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos visto e lido notícias publicadas especialmente pelo jornal *Correio Brasiliense*, em matéria assinada pela jornalista Lilian Tahan, uma jornalista da mais alta credibilidade, que dão conta de um assunto investigado pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Polícia Civil do Distrito Federal. As notícias dão conta de que teria sido organizada uma quadrilha que apresentava emendas para obras na Administração de Samambaia e também para festas – havia obra fraudulenta e tinha de haver festa fraudulenta também. E dá conta de que uma Deputada atualmente eleita está envolvida. É o *Correio Braziliense* que diz; é a mídia do Distrito Federal que diz isso.

Tomando conhecimento disso, eu fiz o que qualquer Parlamentar faria, que é entrar com uma representação, pedindo que o assunto seja investigado pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa, já que a Polícia Civil e o Ministério Público estão investigando. Ao final, comprovados os fatos, a Corregedoria e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar saberão o que fazer. Esse é o meu posicionamento, isso é o que eu acho que deve ser feito; é assim que tem de se agir.

Feito isso, vimos, numa manobra sórdida, buscarem um elemento da Ceilândia – que eu nem sei quem é, mas sei que é um desempregado – para formatar uma representação contra a minha pessoa, dizendo que eu teria cometido o crime de receber dinheiro de uma empresa. Primeiramente, quem vai cometer crime, Deputado Evandro Garla, não declara na Justiça Eleitoral. Quem vai cometer crime faz caixa dois, Deputada Liliane Roriz, e eu não fiz e não faço. Portanto, declarei exatamente – minha prestação de contas está lá – cada centavo que recebi. E recebi dessa empresa. Nunca conversei com eles sobre o contrato, e não conversarei. Porque, se prevalecer essa tese, uma tese furada e irresponsável, haveria de achar que todo Deputado que pegou financiamento viraria funcionário de qualquer empresa ou de qualquer pessoa que o ajudou legalmente na campanha. Eu não me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

pauto assim porque não faço isso. Portanto, não dá para achar que fulano de tal, porque recebeu recurso de determinada empresa, já é funcionário dela.

Eu não sei de ninguém que faz campanha sem gastar dinheiro. Agora, sei de gente que não presta contas direito. Eu presto. Portanto, eu desafio quem quer que seja, inclusive esse canalha, que não dá para ser chamado de cidadão, a apontar qual é a irregularidade. E eu não fico só no discurso. Já consultei meu advogado, Dr. Claudismar, e estou entrando hoje com duas ações, uma interpelação judicial: uma ação cível e uma ação criminal. É assim que agimos. Ele vai responder perante o tribunal por que ele fez isso. Talvez quando chegar para depor, ele irá dizer quem encomendou isso dele.

Não dá para ficar desse jeito. As pessoas, em vez de se defenderem daquilo de que estão sendo acusadas, vêm querer puxar o outro para a lama. É assim que se age? Não. Comigo não cola, não, até porque, quando alguém ousou me difamar, viu o peso da lei. Há um cidadão, que inclusive trabalha como comissionado nesta Casa, que me denunciou, na campanha orquestrada de 2002, quando eu estava disputando as eleições para Deputado Distrital. Foi mais ou menos um mês o noticiário dizendo que eu, o Senador Cristovam Buarque, o Deputado Wasny de Roure e outros havíamos recebido dinheiro da ASEFE. Eu, como sabia que não tinha recebido nem um centavo, fui à Justiça, e os caras foram condenados. Um já me pagou. Eu estava até precisando de um dinheirinho. Quando se trata de calúnia e difamação contra a minha pessoa, eu não dou para ninguém, não; é meu o dinheiro. Já recebi. Falta receber dos outros dois, que são o Firmino e o Marcos Pato, que estão me devendo. Hoje, os dois me devem aproximadamente 100 mil reais.

Há um jornaleco desta cidade também que atacou a minha dignidade e hoje me deve aproximadamente 200 mil reais. Estão me devendo. Ele se chama *DF Notícias*. Não paga porque nós não temos como encontrar nenhum bem dele, mas estão me devendo.

É assim que age quem não tem nenhuma irregularidade. Esperei que o Deputado Patrício estivesse presidindo. V.Exa. exerce a Presidência neste momento. Se há uma coisa que eu quero que vocês façam imediatamente, é despachar essa tal da denúncia contra o Deputado Chico Vigilante. Quero que sejam ágeis, rápidos. Não quero subterfúgio. Se houver fundamento, mandem investigar. É isso o que eu quero. Se não houver, que se dê a devida destinação legal. Agora, eu não vou é ficar aparecendo nos *blogs* e em outros cantos como se tivesse cometido uma irregularidade que eu não cometi em hipótese nenhuma. Recebi dinheiro legal, dinheiro limpo, não dinheiro sujo. Dinheiro que transitou pela minha campanha eleitoral e está declarado no Tribunal Regional Eleitoral. Tanto é que a minha aprovação foi por unanimidade.

Não estou sendo investigado pela Polícia Federal como alguém desta Casa está sendo. O Tribunal Regional Eleitoral já mandou o processo para a Polícia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Federal, que está investigando. Não sou eu quem está sendo investigado pela Polícia Federal.

Esta cidade me conhece. Recusei dinheiro, mesmo estando com toda a dificuldade de fazer campanha, Deputada Eliana Pedrosa. Recusei oferta de recursos nesta campanha porque eu e o Governador Agnelo tomamos a decisão de que, de determinados segmentos, não queríamos, não quisemos, mesmo com toda a dificuldade que sabemos que é fazer uma campanha eleitoral. Portanto, não venham me atacar de coisa que eu não fiz porque Brasília me conhece. Brasília sabe quem eu sou. O problema é que, quando você entra na Justiça e ganha a ação, geralmente os meios de comunicação não dão o destaque anterior.

Não existe briga pessoal com Deputado nenhum aqui. Eu não tenho briga pessoal. Eu faço discussão política. Portanto, eu acho que todo e qualquer deputado que é acusado de alguma coisa, em vez de buscar subterfúgio, deveria fazer o que estou fazendo. Exijo, Deputado Joe Valle, estou exigindo da Mesa Diretora que ela despache imediatamente essa coisa horrorosa dessa denúncia que não existe. Até porque amanhã – o advogado já está preparando – o cidadão vai ter que contratar advogado. Naturalmente quem o induziu a fazer isso vai pagar os advogados dele. Mas depois eu quero saber quem vai pagar minha indenização. E vai parar na cadeia, que é para ficar expresso, claro, objetivo, que o crime não compensa.

Quero exigir também do Governo do Distrito Federal. Eu sei que, na Administração de Samambaia, está sendo produzida uma vasta investigação por parte do Ministério Público, não por parte do Governo. A gente não usa instrumento de Estado para perseguir quem quer que seja. Agora, no Governo Agnelo Queiroz, Deputado Chico Leite, não haverá delegado sendo transferido por estar investigando quem quer que seja. Eu falo aqui desta tribuna com convicção. Existiu uma quadrilha na Administração de Samambaia. A investigação está sendo feita pelo Núcleo de Combate ao Crime Organizado, pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Polícia Civil do Distrito Federal. Está lá o organograma do crime. Muita coisa não veio a público ainda porque eles não podem divulgar, ou não seria uma investigação perfeita, mas mais coisas virão. Aguardem, que mais coisas virão a respeito, fruto dessa investigação comandada pelo Núcleo de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. É importante trabalharmos, pois esta Casa tem critérios para que tudo ocorra da forma mais correta possível, que os prazos decorram a partir do momento em que nós possamos ter toda a segurança para que tudo seja feito da forma mais justa possível.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu cederei o horário destinado aos Comunicados de Líderes para que a Vice-Líder, Deputada Celina Leão, possa usá-lo como Líder. Mas antes eu gostaria de fazer um pedido ao Deputado Chico Vigilante e à Deputada Celina Leão, porque no nosso ordenamento jurídico, na nossa Carta Magna a presunção é da inocência. Eu acho que tudo o que vier à tona ninguém quer que fique sem investigação; ninguém quer que deixe de se aprofundar.

Mas eu queria fazer um apelo aos colegas, mesmo porque eu tenho apreço pelos dois. O Deputado Chico Vigilante, eu o conheço há mais de 30 anos – não é isso, Chico? –, nós nos conhecemos há mais de 30 anos. A Deputada Celina Leão, eu a conheço mais recentemente, mas já tenho um apreço muito grande por S.Exa., independentemente de pertencer ao meu bloco. É que todos nós – é essa a dimensão que eu quero trazer à discussão –, todos nós temos família. Esse julgamento precipitado, sem investigação, sem apuração traz um dano irreparável não apenas à imagem do Parlamentar. Nós somos adultos, nós somos forjados num meio que é um meio político, que nos prepara até para vivermos todas essas dificuldades, mas as nossas famílias terminam sofrendo muito. São filhos, são maridos, são esposas, são amigos.

Então, eu queria pedir aos dois Parlamentares – as representações estão colocadas, as acusações estão colocadas – que tivéssemos o bom senso de deixar que, nos caminhos, a quem compete fazer essas investigações se aprofundasse.

O Deputado Chico Vigilante, eu o conheço há muitos anos. Bastaria isso para eu trabalhar na presunção da sua inocência. Agora, se os senhores levarem ao plano em que estamos discutindo as coisas, até onde se sabe, a Deputada Celina Leão foi uma chefe de gabinete, e todos nós sabemos, eu, os senhores, cada um dos Parlamentares aqui, que quem manda no gabinete é o Parlamentar. Então, nisso aí, agora V.Exa. menciona com uma informação privilegiada – privilegiada – que mais coisas estão por vir dentro desse processo.

Eu pergunto se V.Exa. teve conhecimento oficial dessas informações. Eu deixo aqui essa pergunta. E se teve conhecimento oficial dessas informações, onde as buscou, porque eu também gostaria de tê-las, pois sou Líder de um bloco, sou Parlamentar e tenho responsabilidade também com o Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa, eu tenho certeza absoluta de que todos nós desta Casa vamos ter a sobriedade e a maturidade para resolver isso da melhor maneira possível.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, imprensa, Sras. e Srs. Deputados, eu tinha escrito o discurso porque,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

talvez, desde o começo do meu mandato, as pessoas têm comentado que eu falo demais, que eu incomodo demais, que eu cutuco demais, que eu ponho o dedo na ferida demais, que eu não aceito ser humilhada, que eu não aceito ser chamada de quem tem baixa capacidade moral. Não aceito mesmo! Eu entendo, Deputado Chico Vigilante, a sua revolta. Eu entendo porque passo por isso faz uma semana.

Entendo também a sua indignação e entendo que V.Exa. hoje está tendo de dar explicações sobre supostas denúncias de qualquer cidadão de bem que venha a esta Casa para denunciar qualquer um de nós. Digo a V.Exa. que também quero apuração, até porque eu não esperei a Mesa Diretora ir ao Ministério Público, não! Quem foi fui eu, na segunda-feira! Sentei com o promotor e fiz a seguinte pergunta: como existe um dossiê em um jornal da cidade e não existe na Câmara Legislativa? E ainda está nas mãos de alguns Deputados?

Por qual jogo político esta cidade está passando? Eu quero falar para cada um de vocês aqui – inclusive, a Deputada Eliana Pedrosa falou uma coisa valorosa: eu tenho família, tenho filhos pequenos. (Pausa.)

Um mau caráter fica debaixo de um capacete falando, vão à televisão dizer que fez isso ou aquilo. Ora, por que não faz como fez na época da Deputada Erika Kokay? Faça por escrito, dizendo: fui eu que fiz! Ela provou que era inocente, e cada um de nós podemos ser vítimas de pessoas que trabalharam conosco. Cada um de nós aqui podemos ser vítimas de pessoas que passaram em campanhas e não estão empregados.

Deputado Chico Vigilante, se existe uma quadrilha, não é só V.Exa. que quer apuração não, porque não existe nenhum paladino da moralidade sozinho nesta Casa, não! Todos os Deputados que estão aqui querem essa apuração.

Por isso, sou contra a declaração que V.Exa. fez no jornal alegando que esta Casa não quer apurar, pois coloca todo mundo como se fosse inerte e como se não quisesse apurar. Essa Mesa é séria e quer apurar sim, e irá apurar. Desde sábado, eu saí na capa do *Correio Braziliense*: "cada vez mais enrolada". Encurralada com o quê?

É essa a minha indignação! Se o fato de ser chefe de gabinete da Jaqueline por dois anos é crime, cadê a condenação? Se existe algum parente que trabalhou nesta Casa sem ser subordinado a mim... Aliás, existem vários Deputados aqui que já estão condenados, porque são hoje Deputados com parentes no governo. Era essa a matéria que o jornal trazia!

Se existem empresas que prestaram serviços na administração de Samambaia, eu nunca fui administradora de Samambaia! Quem tem de responder é o Arruda! Ou é o administrador! Se existe máfia, tem de ser investigada!

Mas o que não pode acontecer, Deputado Chico Vigilante, e não tive o mesmo comportamento de V.Exa., quando chegou a denúncia a nossa comissão, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

não representei contra V.Exa., encaminhei os fatos à Mesa e não fiz prejulgamento, porque acredito na inocência de V.Exa. e acredito na sua história, até que se prove o contrário. Acredito que V.Exa. não chegou aqui à toa, porque tem uma história dentro do Partido dos Trabalhadores.

Mas, Deputado, eu também não aceito que jornalistas aqui da cidade me liguem: "O Deputado Chico Vigilante me ligou para isso, para aquilo e para aquilo outro". Não aceito esse jogo sujo também não, Deputado! Sou mulher suficiente para vir aqui prestar explicação e nunca corri de nenhum jornalista que está aqui para dar explicações.

A Deputada Jaqueline Roriz... (Pausa.) Tem de responder! É ela que tem de responder, porque essa crise não está aqui, não. Eu não vou aceitar trazer essa crise para o meu mandato e para a minha família. Aqui vocês têm marido, vocês têm filho? Segunda-feira, minhas crianças não foram à escola! É esse tipo de Câmara que nós queremos? Eu sou a favor, Deputado Chico Vigilante, da investigação de tudo, mas sou contra o prejulgamento, o preconceito e a forma nefasta como tem sido feito aqui no Distrito Federal. Alguns veículos de comunicação falam de todo mundo, mas, às vezes, são incapazes de dar sequer o direito de resposta para alguns dos Parlamentares. Não foi o caso do *Correio Brasiliense*, que me deu a oportunidade, a dignidade de responder a todas as matérias que fizeram.

V.Exa., Deputado Chico Vigilante, falou algo que é verdade. Eu quero saber se eu vou ganhar 3 páginas no jornal, se eu vou ganhar na *Globo*, em rede nacional, quando chegar a esta Casa que não existe nenhuma representação contra mim, ou que eu não sou investigada no Ministério Público, ou que eu só sou citada dentro de um processo. Eu quero saber se isso vai acontecer nesse momento ou se vai ficar por isso mesmo. Porque hoje sou eu, Deputado, que sou fruto de um denunciamento, por meio de um dossiê que foi passado para um jornal e não está na Casa. O Ministério Público vazou para o jornal sem vazar para a gente. Eu estive com o promotor. Foi essa pergunta que eu fiz para ele. Ele disse: "Deputada, essa cidade está um horror." É isso que nós temos que viver?

Fica aqui, Deputado Chico Vigilante, a minha solidariedade a V.Exa., pelo que V.Exa. está passando, pelas respostas que V.Exa. está tendo que dar sobre a questão da campanha, de que V.Exa. recebeu financiamento, os 25 mil reais. Não acho que esse contrato emergencial... Tem-se que ver o teor desse contrato, que foi renovado agora no Governo Agnelo. Não sei se existia a possibilidade, se tinha realmente de se renovar. Poderia ser. Não faço prejulgamento, Deputado Chico Vigilante, mas eu peço, nesta tarde aqui de hoje, que tenhamos mais cuidado com a vida de cada uma das pessoas que estão aqui.

Eu quero fazer uma pergunta a vocês: qual chefe de gabinete aqui manda em vocês? Qual chefe de gabinete aqui manda em vocês? Nenhum. Nenhum! A minha indignação durou uma semana, porque ela foi alimentada por discursos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

inflamados em vários veículos de comunicação visitados. Espero que, no caso de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, acabe na Mesa Diretora.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Celina Leão, eu quero deixar muito claro para todos que a Mesa tem tratado desse assunto com a maior seriedade, e tudo que for preciso fazer será feito, porque esta Casa possui critérios e esses critérios serão seguidos, para que tenhamos justiça para todos.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assumo esta tribuna hoje, mais uma vez, para falar de dois fatos que considero de suma importância.

Primeiro, eu gostaria de pedir mais uma vez à Mesa que começasse a divulgar para as pessoas que acompanham o nosso trabalho aqui na Casa, para a imprensa, a pauta do dia da Câmara Legislativa. Porque, na semana passada... Quando não há uma votação aqui, a imprensa fala que os Deputados não estão trabalhando, que não produziram nada durante a semana. A votação é o último requisito, é o casamento. Primeiro, passamos em todas as comissões, fazemos todo aquele trabalho jurídico, digamos assim. E quando o projeto chega ao plenário, vai-se fazer o casamento, que é a votação, para ele virar lei.

Na nossa Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, aprovamos 20 projetos. Nesta semana, foram 24. Todas as comissões estão funcionando a todo vapor. Tivemos reuniões e reuniões com vários membros do Governo em relação aos projetos que chegam a esta Casa. Por último, o projeto chega aqui para votação, à última instância, que é o voto.

Então, eu gostaria, para que houvesse maior transparência, que divulgássemos para a imprensa, que acompanha o dia a dia da Câmara Legislativa, toda a pauta de trabalho, para que diminua essa pressão em cima de nós e para que não digam que nós não trabalhamos porque não houve votação na Casa. Então, esse é um pedido.

Eu queria fazer outro pedido. Deputado Chico Leite, hoje eu li, no *Jornal de Brasília*, uma crítica ao PL que nós aprovamos ontem que determina que se coloque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

a frase “Se beber, não dirija” nos cardápios. Eu entendi como uma crítica à Comissão de Constituição e Justiça.

O parecer que é dado pela nossa comissão é apenas para saber se a proposta é jurídica, se está dentro da lei ou se está fora da lei. Nós não entramos no mérito do Deputado. Nós entramos apenas no mérito da justiça. Correto, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais um pedido a V.Exa. Nós aprovamos aqui a abertura de 3 CPIs. Uma delas se refere ao transporte público. Esta semana, mais uma vez, na cidade de Planaltina, houve manifestação da comunidade, o trânsito ficou parado, e toda aquela parte da comunidade também, por causa do transporte público do Distrito Federal. Venho, mais uma vez, pedir à Mesa Diretora que instale a CPI do Transporte Público do Distrito Federal. O pedido para a instalação desta CPI já recebeu a assinatura dos nobres Parlamentares. Ou nós instalamos a CPI ou então pedimos aos Deputados que retirem as suas assinaturas. Precisamos dar seguimento aos trabalhos que foram aprovados pelos Deputados.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu venho a esta tribuna fazer esses dois pedidos à Mesa Diretora: instalar a CPI do Transporte Público e comunicar às pessoas que acompanham os nossos trabalhos o dia a dia desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de comentar um pouquinho esse projeto de lei que impõe que os cardápios dos restaurantes no Distrito Federal sejam confeccionados com os dizeres: “Se beber, não dirija”. Eu acho que tudo que vier para evitar acidentes causados por embriaguez é válido. E me estranha muito que esse tipo de questionamento seja feito, porque isso não vai aumentar os custos dos restaurantes. Se o dono tem que mandar confeccionar um cardápio, mais uma frase nele não significa aumento de preço.

Hoje mesmo tive oportunidade de saber pela minha assessoria que no programa da Ana Maria Braga foi mostrado um motorista embriagado, e se chamava a atenção mais uma vez para esse tema. São muitas e muitas mortes. É uma coisa muito dolorida você estar correto, vindo na sua mão, dentro dos limites de velocidade e uma pessoa que bebeu — sabendo que essa atitude tira a condição ideal para condução do veículo, e mais ainda, sabendo que hoje é ilegal fazê-lo — ceifar uma vida, deixar uma pessoa em um hospital ou com uma seqüela definitiva. Isso é uma prova de que se conspira contra o trabalho dessa instituição, porque às vezes é num pequeno gesto, num pequeno fato, num pequeno alerta...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

De todas as pessoas que frequentam bares e restaurantes no Distrito Federal, se apenas uma delas ler o cardápio, incorporar a mensagem e evitar um acidente, já será mais do que meritório, mais do que importante essa ação da Câmara Legislativa.

O projeto não é meu e neste momento, Deputado Cristiano Araújo, quero parabenizá-lo, porque eu gostaria que ele tivesse sido da minha lavra para eu poder sair na rua e ter orgulho de dizer: eu dei também a minha contribuição.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputada Eliana Pedrosa. Eu tenho certeza absoluta de que esse é também o sentimento de todos os Deputados, e quero aqui também parabenizar o Deputado Cristiano Araújo por esse projeto. Tudo o que for possível fazer para que nós coloquemos a consciência nos cidadãos a fim de que não dirijam embriagados é fundamental, pois estaremos salvando vidas nesse trânsito tão violento como é o do Distrito Federal.

Aproveito para registrar a presença dos policiais militares na galeria desta Casa, com a reivindicação de alteração do plano de cargos e salários.

Quero também fazer um registro extremamente importante para esta Casa, pois é uma honra receber os estudantes e professores da Escola Classe 5 do Guará I. Vocês precisam vir mais vezes a esta Casa! Eles estão participando do projeto Cidadão do Futuro, da Escola do Legislativo, sob a coordenação da consultora Maria dos Remédios. A nossa Escola do Legislativo tem conduzido esse projeto, que é fantástico, e nós queremos que ele continue, pois tenho certeza absoluta de que ele trará muitos frutos para nossa Casa e para nossa cidade.

Registro, também, a ausência do Deputado Raad Massouh em função da morte de parente de funcionária dele. S.Exa. foi ao enterro.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galeria, eu vou trazer aqui dois assuntos. Um deles já foi comentado pelo Deputado Olair Francisco, referente à situação dos ônibus do transporte coletivo em Planaltina. A Ouvidoria tem recebido inúmeras queixas e denúncias pela falta do transporte público em Planaltina, tanto que já conversei com o diretor do DFTRANS, Dr. Campanella, e ele nos mostrou o que tem acontecido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

O problema que tem ocorrido hoje, que não é da atual administração, é um problema que já vinha acontecendo na administração passada. E eu colaboro, juntamente com o Deputado Olair Francisco e o Deputado Chico Vigilante, pedindo à Mesa que instale rapidamente a CPI do DFTRANS, porque o que tem acontecido, o que a população tem colhido hoje é um problema do passado. Então, nada melhor do que a Mesa instalar essa CPI rapidamente, para que possamos apurar todas as irregularidades, porque os problemas que têm acontecido lá, principalmente com relação às operadoras, são muito graves.

As operadoras hoje estão em greve, paradas. O próprio diretor já colocou outras operadoras, mas tem tido problemas lá, porque algumas pessoas estão apedrejando os ônibus, colocando em risco a segurança não só da população, mas também dos motoristas e cobradores. É de extrema importância que essa CPI seja instalada o mais rápido possível. A Ouvidoria tem recebido muitas reclamações. Clamo e peço à Mesa que instale o mais rápido possível essa CPI.

E um problema que também tem afligido toda a Planaltina é a dengue. Ela tem se alastrado muito, tanto que de 1º de janeiro a 16 de março já foram detectados 1.336 casos no Distrito Federal. Ontem foi dada a autorização na 5ª Vara da Fazenda Pública para que os agentes de saúde de prevenção à dengue entrem nos imóveis públicos e privados que estiverem abandonados. Isso é de extrema importância, Sr. Presidente. A dengue hoje tem se alastrado não só aqui no Distrito Federal, mas em todo o Brasil. Temos de combater esse mal, fazer um trabalho muito forte no sentido...

(Manifestações de protesto da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Evandro Garla, com licença. Eu já vou falar para a galeria onde está o Deputado Patrício e o que S.Exa. está fazendo. Mas eu gostaria de silêncio. O Deputado Patrício está justamente tratando do assunto de vocês e eu falarei sobre isso. Eu gostaria de pedir que vocês façam um pouco de silêncio. Eu já farei o comunicado sobre o que está acontecendo.

S.Exa. retornará à Casa. O Deputado Evandro Garla está falando. Eu gostaria que vocês pudessem ouvir com atenção.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado. Para encerrar, até para que V.Exa. explique sobre o Deputado Patrício, quero dizer que é necessário fazermos um trabalho de prevenção.

Parabenizo a Escola do Legislativo por estar fazendo esse trabalho junto aos colégios. É de extrema importância que as crianças aconselhem, falem com os pais para que façam essa prevenção, que não deixem águas empoçadas, que não deixem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

água limpa parada. Se houver garrafa, pneu, que sejam tirados do quintal. É importante que as crianças que estão aqui na galeria façam isso também.

Sr. Presidente, eu agradeço e peço mais uma vez que a CPI do DFTRANS seja instalada o mais rápido possível.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Evandro Garla, na realidade esta Casa tem um limite de CPIs por causa da estrutura. Estamos aguardando a definição da estrutura. Vamos trabalhar nesse sentido.

Eu gostaria de comunicar que o Deputado Patrício está neste momento, juntamente com os Deputados Dr. Michel, Wellington Luiz e Aylton Gomes, reunido com o Secretário de Segurança, com o Secretário de Administração e com o Secretário de Governo tratando da reestruturação da carreira dos policiais militares e bombeiros. Estão no Palácio do Buriti. Se vocês quiserem ir para lá, poderão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores militares que estão na galeria, crianças e escola que acabaram de nos prestar homenagem com as suas presenças, quero aqui nesta tarde parabenizar a cidade de Ceilândia, que completa 40 anos de luta, Deputado Evandro Garla, 40 anos de sofrimento, mas também de muita raça, de muita força.

Nesses 40 anos, Ceilândia escreveu uma história, sustentou o Distrito Federal, construiu o Distrito Federal, porque foi de lá que saíram todos os trabalhadores, principalmente da construção civil, para erguer os monumentos que esta cidade hoje apresenta ao Brasil e ao mundo.

Tenho um orgulho muito grande de ser moradora daquela cidade, de estar ali há 36 anos — não são 36 dias —, de ter acompanhado o seu dia a dia, de ter acompanhado a luta daquele povo que madruga para poder levar para casa o pão de cada dia, que madruga para poder levar para casa um diploma.

Passou-se muito tempo até que nós pudéssemos ter escolas de terceiro grau. Hoje temos uma felicidade imensa de termos lá algumas, e de grande qualidade, que oferecem aos nossos meninos e às nossas meninas a condição de estar aqui, como estão os nobres policiais. Tenho orgulho de ser mãe de um deles. Por isso, quero dizer-lhes que estou com vocês para que possamos alcançar todos os nossos desejos e todos os nossos anseios. Digo isso porque, como mãe de um policial militar, esses desejos e esses anseios são nossos também, não só de vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Quero também parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela grande festa que promoveu ontem. Uma festa cívica, uma festa que nos encheu de orgulho. Estávamos ali ao lado do Lago do Descoberto, o lago que oferece à grande maioria dos seres humanos desta cidade a vida. Infelizmente esse lago passou por muitos problemas, mas, graças a Deus, esses problemas começam a ser sanados pela consciência e pela luta de grandes ambientalistas, de pessoas que realmente têm compromisso com a vida. Estamos também comemorando esta grande data.

Sr. Presidente, V.Exa., com sua sensibilidade – que, não canso de dizer, possui desde muito cedo, desde muito jovem, época em que o conheci –, tem lutado para que a vida realmente seja respeitada. Agora, não há como respeitar a vida se não se tiver consciência da importância da água e do seu correto uso. Ontem V.Exa. disse, e muito bem, que não adianta construir a casa pelo telhado, isto é, não adianta lutarmos por outras políticas se nós não tivermos consciência da política da vida. E essa política perpassa pela consciência do adequado uso da água e pela educação de nossas crianças em relação a esse uso.

Mais uma vez, voltando à minha cidade, à cidade de Ceilândia, Deputado Chico Vigilante, que também é a sua cidade, queremos aqui convocar todos para visitar Ceilândia, pedir a todos que nos visitem e vejam o quanto a cidade cresceu, não só no tamanho, mas também na qualidade de vida e na qualidade do seu povo.

Temos lá vários problemas, principalmente o problema da falta de creche. Mas, graças a Deus, e digo isso com muita fé, o nosso Governador Agnelo, com sua sensibilidade, volta o seu olhar para esse assunto porque ele sabe que não adianta investir no homem depois de formado; temos de investir, sim, na criança, porque aí estaremos fazendo economia.

É importante cuidar da segurança, é importante cuidar da saúde. Mas tanto a segurança quanto a saúde se abalam justamente porque falta educação de qualidade na mais tenra idade.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula. V.Exa. compareceu ontem, como sempre. Eu sei da preocupação de V.Exa., que é uma grande parceira na Casa nesse trabalho de implantação de uma política ambiental digna no Distrito Federal. Como V.Exa. presenciou, mais de 400 pessoas, e muitas autoridades – apesar de sujarem o pé de lama, e a ideia era essa – participaram e viram o trabalho. O evento acabou se transformando numa grande festa ambiental no Distrito Federal.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer minha saudação aos policiais que vieram a esta Casa porque acreditam no papel desta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Câmara e dos Parlamentares na defesa do interesse da Segurança Pública do Distrito Federal e, em particular, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Sr. Presidente, no último processo de debate no Congresso Nacional, a lei, a chamada Lei nº 12.086, que estabeleceu um plano que, de fato, não era o plano de carreira dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pelo contrário, trouxe no seu bojo, no seu interior, um tratamento diferenciado do ponto de vista das promoções. O tratamento dado ao Corpo de Bombeiros foi um – o interstício, Deputada Luzia de Paula, poderia ser reduzido – e à Polícia Militar foi outro – o interstício não poderia ser reduzido, obedecendo aos critérios de vaga.

Por isso, uma das questões que hoje mais mobiliza a Polícia Militar e, sobretudo, os praças, os cabos e sargentos, é a questão das promoções. Eu gostaria de ser bem objetivo porque também sou servidor público. Também passo, no meu local de trabalho, pelas promoções, respeitando os critérios de antiguidade ou de mérito e o momento e o ciclo. No caso da Polícia Militar, ou até mesmo do Corpo de Bombeiros, o policial fica estagnado até surgir uma vaga, fica submetido ao bel-prazer deste ou daquele. Então, o que é importante é que o plano de carreira contenha o processo promocional dos policiais, independentemente do número de vagas. Essa é a grande bandeira da Polícia Militar em relação ao seu plano de carreira, para que se construa algo transparente, algo que seja uma rotina, para que a pessoa entre sabendo aonde vai chegar.

Hoje, fica a angústia em cada momento das promoções. No Corpo de Bombeiros, por exemplo, houve redução para a promoção do próximo mês de abril. O que não é o caso da Polícia Militar. Aquilo que tinha tratamento semelhante não tem hoje. Essa lei passou a dar um tratamento diferenciado. Portanto, nós não estamos aqui simplesmente para este ou para aquele detalhe, mas para estabelecer para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros um processo promocional que não dependa de vagas. A promoção é em função do tempo de serviço dedicado à causa pública, à Segurança Pública. Portanto, essa é uma das grandes bandeiras deste segmento.

Sr. Presidente, a outra questão refere-se ao fato de que precisamos acabar com o tratamento diferenciado, ainda resquício de uma cultura militar dos oficiais. Precisamos dar um tratamento igualitário ao policial que está iniciando carreira, àquele que é praça, àquele que já é policial há anos. Esses policiais não podem receber tratamento diferente daquele dispensado ao oficial.

Como exemplo, Deputado Joe Valle, a farda de um oficial vale mais do que a farda de um praça! Esse é um problema. Por quê? A etapa alimentação vale menos para o praça e vale mais para um oficial. Agora, parece-me que há um entendimento para que os dois valores caminhem igualmente. Portanto, são elementos que compõem esse debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Quero aqui justificar a ausência do Deputado Patrício. Há pouco, S.Exa. comentava comigo sobre esta reunião e discutíamos, inclusive, a importância desse encontro, mas sabendo que o horário não era o melhor, pois traria, conseqüentemente, prejuízo até para a votação. Portanto, quero aqui assumir essa responsabilidade de discutir com os colegas da Segurança Pública, porque neste encontro estão os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Precisamos ter uma definição, do ponto de vista do fundo constitucional, para o próximo Orçamento, para sabermos o que teremos neste ano e o que teremos no ano seguinte e, conseqüentemente, construirmos uma proposta que seja encaminhada ao Governo Federal. Lembro que o Governo Federal retornou para o GDF os dois projetos de lei que haviam sido encaminhados, em meados do ano passado.

Deixo aqui a minha solidariedade, meu apoio, meu compromisso com essa categoria, que é fundamental para a segurança dos moradores de Brasília e do Distrito Federal.

Meus cumprimentos a vocês. Quero dizer que esta Casa está de portas abertas a todos e, naturalmente, o Deputado Patrício, oriundo da categoria, e com certeza os outros 23 Deputados estão ombreados com vocês nesta luta, que não será apenas do Congresso Nacional. Será lá a votação e a definição, mas também esta Casa tem o compromisso de fazer a defesa dos interesses dessa categoria no Ministério do Planejamento, na Casa Civil, na proposição do projeto de lei que o Governo Federal deverá encaminhar ao Congresso Nacional.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu queria dizer à categoria que o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Patrício, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Wellington têm feito um trabalho de defesa ampla no sentido de que a categoria seja atendida.

Tenham certeza absoluta de que é da vontade desses Deputados que, em todos os pleitos, vocês sejam atendidos, já que eles têm toda a experiência nessa área e entendem que as corporações são fundamentais para a nossa cidade, a nossa segurança, e que a hierarquia e a disciplina são, realmente, o regimento correto e o norte dessas corporações. Por isso elas existem e existem tão bem, são tão bem representadas.

Agradecemos a vocês a presença. Acho que é dessa forma que se faz a representação, a pressão no político. Tenham certeza de que não foi vontade do Deputado Patrício estar agora no Buriti, mas os secretários que precisavam estar naquela reunião só puderam ir agora. O Deputado Patrício está tratando a questão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

com o maior respeito, com a maior seriedade, porque ele é dessa categoria e a defende sempre.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar os policiais militares que estão nesta Casa e dizer da luta que eu particularmente, e o meu partido sempre travamos em defesa dos policiais.

Eu me lembro do dia, ainda na campanha de 94, do professor Cristovam Buarque, em que decidimos que iríamos acabar com o rancho. Essa decisão foi tomada na companhia da Polícia Militar de Brazlândia, em que era comandante o Capitão Buarque. Sabíamos o que era o rancho. Sabíamos que rancho era o maior antro de coisas que não deviam ser praticadas. E sabíamos que, se colocássemos dinheiro no bolso dos policiais, ficaria mais barato do que continuar dando rancho. Cristovam assumiu o compromisso. Foi uma coisa muito importante para os policiais.

Queremos que, no Governo do companheiro Agnelo Queiroz, façamos algumas coisas, tenhamos alguns atos que marquem também.

Eu estava hoje verificando, Deputado Wasny de Roure, uma posição tomada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Delegado Federal José Mariano Beltrame, em conjunto com o Governador, ou melhor, uma determinação do Governador que ele estava cumprindo, uma experiência que, do meu ponto de vista, é muito interessante, que é acabar com o aquartelamento da polícia. Eles decidiram, ainda em caráter experimental, que vão, Deputada Liliane Roriz, acabar com 4 quartéis, os maiores do Rio de Janeiro. Eles vão transformar a estrutura administrativa, nesses quartéis, em uma estrutura administrativa empresarial, sem o ranço do autoritarismo, do militarismo que existe.

Acho isso interessante, porque, para ser responsável, não precisa existir o medo. E na verdade, hoje, boa parte dos policiais tem medo de ser punido, não é isso? Portanto, pode perfeitamente existir um modelo, um mecanismo em que as pessoas exerçam a sua atividade sem intimidação.

Outra decisão que eles tomaram é que, a partir de hoje, no Rio de Janeiro, os policiais militares poderão registrar o boletim de ocorrência. Portanto, haverá o boletim registrado pela Polícia Civil, mas também haverá nos quartéis, ou melhor, nas companhias de polícia, nos postos, policiais. Isso desafoga a polícia e lhe proporciona uma agilidade muito maior. Ele disse: "Se pode ser feito pela internet, por que o policial militar não pode fazê-lo?" São modelos que estão se desenvolvendo por aí que podemos, Deputado Agaciel Maia, adaptar no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Dito isso, quero voltar a um tema que, do meu ponto de vista, precisa de muita polícia para investigar. Depois, precisamos mandar para a cadeia os responsáveis por esse absurdo. Quero que alguém me explique e justifique o porquê do aumento da gasolina. Três aumentos neste começo de ano! Se a Petrobras não aumentou um centavo — continua o mesmo preço —, por que esse aumento? A quem interessa? Eram R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos), passou para R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos), depois para R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) e, agora, para R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos). E não nos é dada outra opção em Brasília, a não ser andar de carro, porque o transporte público do Distrito Federal, infelizmente... Só anda de ônibus, no Distrito Federal, quem não tem mais nenhuma saída.

Boa parte da população, Deputado Joe Valle, está comprometendo até um terço do salário com transporte. Não dá para continuar desse jeito! E a maior vítima desse sistema é exatamente a classe média, os servidores do Distrito Federal. É preciso que o Estado assuma o seu papel e faça uma verdadeira investigação. Está na hora de o Judiciário também se posicionar. Não sei por que não fazer o que foi feito em 2004: a CPI dos combustíveis. O Judiciário do Distrito Federal, Deputada Liliane Roriz, tabelou o preço, o lucro, em 15%. Quinze por cento, Deputado Agaciel Maia. Foi uma decisão da Justiça que perdurou por um ano. É preciso agir de novo. Não dá para continuar desse jeito! A sensação que temos, Deputada Luzia de Paula, é de que a população está indefesa. Existe uma máfia, essa máfia está atuando e a população está completamente indefesa frente a esses interesses poderosíssimos desse cartel de combustíveis, que precisa ser combatido por todos.

Apelo, mais uma vez, a esta Casa, Deputado Joe Valle, para que coloquemos em votação o nosso projeto, que autoriza a instalação de postos de gasolina em supermercados. Aí, pelo menos, vai haver competição entre os revendedores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito bem, Deputado Chico Vigilante. Quero me irmanar a essa sua colocação. Se você andar um pouquinho na fronteira, você vai ter gasolina muito mais barata. Não dá pra entender por que gasolina e álcool aqui no Distrito Federal são tão caros.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, ainda como Diretor Geral do Senado, a primeira assessoria parlamentar da PM foi uma autorização minha muitos anos atrás, no sentido de que a Polícia Militar pudesse ter uma assessoria parlamentar, para que lutasse por suas reivindicações, tivesse um ponto de apoio dentro do Congresso Nacional.

Quero dizer a vocês que sei da dependência que vocês têm no que se refere a projeto de lei ser tratado dentro do Senado e da Câmara. E quero não só



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

manifestar o meu apoio à categoria aqui na Câmara Legislativa, como dizer que estou à disposição pelo longo período de 34 anos em que sou servidor daquela Casa. Tenho um irmão Deputado Federal. Colocamo-nos à disposição para que quando o Governo do Distrito Federal encaminhe esse projeto de lei ao Congresso Nacional, possam contar comigo não só na Câmara, como também no Senado, no sentido de envidar esforços para que ele seja aprovado.

O que eu quero tratar, Presidente, Deputado Joe Valle, é sobre um projeto que eu apresentei aqui no sentido da obrigatoriedade de serem dados cursos profissionalizantes para os praticamente 9 mil detentos que nós temos em Brasília. Eu acho que através do sistema S, com Senac, Senai, deveria haver a obrigatoriedade de se formarem profissionais, que passam o dia todo só pensando ou estudando uma forma de cometer crimes cada vez mais complexos.

Eu acho que o fato de o Senai ou o Senac darem cursos profissionalizantes para os 9 mil presos, ensinar a ser marceneiro, carpinteiro, pedreiro, de maneira que quando o preso saísse da Papuda, ou mesmo antes de sair da Papuda, ele já pudesse se transformar em uma mão de obra para o GDF. Você imagine o potencial de 9 mil pessoas, homens, muitos deles muito jovens, fortes. Imaginem essa força de 9 mil homens trabalhando para recuperar bancos escolares, recuperar escolas, até mesmo nessas prestadoras de serviço que nós pagamos para cortar grama, e a maioria não corta. Que existisse um grupo de apoio operacional. Além de profissionalizar, de dar satisfação, de tirar da marginalidade, porque nós sabemos que muitos entram roubando uma farmácia, um tênis e, quando saem, saem roubando banco.

Eu acho que custa R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), para o Governo, cada um dos detentos da Papuda, e estava na hora de o Governo transformar essa mão de obra ociosa em algo que pudesse satisfazer não só a família dos detentos, porque sabe que ele vai sair um profissional de lá, mas transformar esse grupo, esse exército de pessoas em uma mão de obra em benefício da sociedade. Mesmo porque eles ainda teriam o benefício de, a cada 3 dias trabalhados, ter direito a 1 dia de redução de pena. O que acontece não é isso, Deputada Luzia de Paula. O que acontece é que a pessoa entra lá... Inclusive, passei 5 horas visitando o sistema. O preso passa praticamente o dia todinho em cima do colchão. Os colchões duram praticamente um terço do que duram normalmente em outro lugar.

Então, por que não a sugestão de que se comece logo uma fábrica de colchões lá dentro, para que o colchão dos próprios detentos seja feito por eles? Já existem alguns projetos, que é o projeto de se fazer bola, mas eu acho que o Governo do Distrito Federal precisa tomar essa iniciativa, porque o problema da violência de Brasília continua complicado.

Eu tenho falado sobre o aspecto de se pegarem os 87.900 alunos da escola pública, colocar em um horário e no outro fazer um menor aprendiz, para quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2011	15h	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

chegarem aos 18 anos, chegarem profissionais. Enquanto tiver o garoto na rua, vamos continuar lendo nos jornais, assistindo famílias que são assaltadas, porque não tomamos nenhuma iniciativa no sentido de atacar as causas da violência. Prender só, não está resolvendo. Prende, com poucos dias depois o sujeito está na rua praticando outros crimes. E nós ainda temos a política. Houve uma audiência pública aqui que teve como foco essa droga avassaladora que é o *crack*, que está dizimando as famílias, praticamente, não só de Brasília, como de todo o Brasil.

Acho que tem que se bater nesta tecla: temos que dar curso profissionalizante para esses detentos, temos que colocar os detentos para trabalhar e temos que tirar os garotos das ruas para que eles não sirvam de vitrine para a marginalidade e para o tráfico de drogas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, realmente, o projeto de lei de V.Exa. é de excelente qualidade, precisamos da atitude do nosso Governo. Que ele entenda que esta Casa tem muitas sugestões boas para as políticas públicas do Distrito Federal.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h56min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº73-Suplemento, de 20/4/2011